

Pais vão à Justiça por aluno especial

14 NOV 1999

DF- educação

Ministério Público recebe representação contra transferência das crianças para o ensino regular até o dia 7 de fevereiro

Os promotores Leonora Brandão Pinheiro, Vândir Ferreira e Renata Borges, da Promotoria de Defesa da Filiação, do Idoso e do Portador de Deficiência (Profide), do Ministério Público do Distrito Federal, participaram ontem da reunião convocada por pais de alunos portadores de deficiência e diretores do Sindicato dos Professores (Sinpro). O encontro foi para discutir a transferência dos alunos especiais para escolas regulares. Cerca de 60 pessoas estiveram presentes, no Centro Integrado de Ensino Especial (CIEE), na 912 Sul.

A promotoria acatou a representação que recebeu, sexta-feira, assinada por mães de alunos do Centro de Ensino Especial 2 (CEE 2), na 612 Sul, que estão preocupadas com a decisão da Fundação Educacional do DF, que resolveu transformar o CEE 2 em um jardim de infância para crianças ditas normais. "Os pais não são contra a inclusão, mas sim contra a forma apressada como está sendo feita", explica a promotora Leonora.

Segundo informações dadas pela própria escola, a transferência dos alunos tem de estar concluída até o próximo dia 7 de fevereiro. "É muito pouco tempo para avaliar as condições de cada criança", diz a professora e psicóloga Cristina Borges, mãe de uma menina de 15 anos, portadora de deficiência. "Que escola inclusiva é essa? Vão pegar uma criança com deficiência mental e colocar no ensino regular?", completa.

O funcionário público Itamar Guimarães tem duas filhas, de 9 e 6 anos de idade, no CEE 2. "Desde os três anos, elas estão no centro, adaptadas. Como uma professora vai agir, numa sala com outros 25 alunos, quando minhas filhas sujarem a fralda, por exemplo?", pergunta Guimarães, temendo que as crianças sejam rejeitadas.

Etelvina Cotrim sabe o que isso significa. Sua filha de 12 anos tem Síndrome de Down e já foi integrada e devolvida. "Quando tinha 9 anos foi para o Jardim, na 208 Sul. Não deu certo. Ela ficava separada na hora do lanche, do lazer, de tudo", relembra.

O diretor de Assuntos Educacionais do Sindicato dos Professores, Marcos Pato, acusa a Secretaria de Educação de estar mais preocupada em "economizar com o ensino especial do

que em fazer um acompanhamento pedagógico".

Em entrevista esta semana, ao **Correio**, a diretora da Divisão de Ensino Especial da Fundação Educacional do Distrito Federal, Eneida de Sá, disse que quem definirá se um aluno tem capacidade ou não de ser transferido para uma escola regular é o professor dele no colégio especial. Se houver dúvidas, uma equipe de apoio psicopedagógico fará a avaliação. Os pais também precisam autorizar a inclusão.

Ainda este mês, a FEDF vai treinar 400 professores do ensino regular, para orientá-los sobre a inclusão do aluno especial. Eneida confirma que provavelmente haverá a fusão do CEE II e do CIEE da 912 Sul. Os alunos do CEE 2 que não puderem ir para as classes regulares deverão ser transferidos para o CIEE. Na próxima terça-feira, haverá nova reunião entre o Sinpro, uma comissão de pais e a diretora da Divisão de Ensino Especial. A diretora também se reunirá com os promotores da Profide na sexta-feira.

CORREIO BRASILENSE